

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ANFIP

Presidente da Unafisco depõe à PF 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ANFIP

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados 4

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Dino decide proibir novas leis que levam à "mixórdia" de penduricalhos 6

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Rombo estatal fora do Orçamento (Editorial) 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Mendonça retira restrições da PF em apurações do Master 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil pode ter ajuste fiscal sem "motoserra", defende Giambiagi 10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Ajuste fiscal para conter dívida é de 2% do PIB, calcula Mansueto 13

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS devolve quase R\$ 3 bilhões em descontos indevidos; prazo termina em um mês 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Criptoativose split payment: alcance e limites 17

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comitê Gestor do IBS terá sistema independente de apuração ligado a portal único 19

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil pode evitar até 236 mil mortes em 20 anos com imposto sobre ultraprocessados, aponta estudo 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prévia mostra PIB mais fraco em 2025 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Prévia do PIB do BC fecha 2025 com alta de 2,5% 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação em queda é vitória do BC (Editorial) 26

Sexta-Feira, 20 de Fevereiro de 2026

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Sem dinheiro, máquina pública não para na hora, mas há risco de colapso.....27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"Penduricalhos" do Judiciário.....29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Apesar de tarifas, EUA têm déficit comercial de US\$ 901 bi.....31

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

China está vencendo a guerra na Ucrânia e o tarifaço de Trump.....32

Presidente da Unafisco depõe à PF

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou intimar o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco), Kleber Cabral, para que preste esclarecimentos sobre as declarações dadas à imprensa, na quarta-feira, no caso do suposto vazamento de dados de integrantes da Corte. Em entrevista ao Correio, Cabral afirmou que as medidas tomadas pelo Judiciário contra as quatro pessoas suspeitas de divulgar dados sigilosos dos magistrados e do procurador-geral da República, Paulo Gonet, foram desproporcionais e serviram para criar um "enredo de vítima" a favor da Corte.

O presidente da Unafisco foi intimado a depor hoje, às 15h, por videoconferência. Na terça-feira, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia contra os servidores da **Receita Federal**.

A investigação é um desdobramento do inquérito das fake news e foram alvos Luiz Antônio Martins Nunes (funcionário do Serpro cedido ao Fisco), Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos (técnicos do Seguro Social também lotados na Receita) e o auditor fiscal Ricardo Mansano de Moraes.

Ao Correio, Cabral acusou o STF de usar a operação contra os servidores da Receita como cortina de fumaça para mascarar a crise interna da Corte. "Teve uma desproporcionalidade muito gritante entre os fatos e as medidas cautelares gravosas que foram colocadas.

Às vezes, se tem uma situação em que, no curso do processo, o réu tenta dar sinais de que vai escapar, de que vai fugir - e aí o Judiciário vai lá e bota a tornozeleira eletrônica na pessoa. Mas, nesse caso, as medidas foram tomadas antes do processo. Isso é muito fora do razoável", afirmou.

Moraes também determinou que os suspeitos fiquem proibidos de acessar o trabalho, mesmo que de forma remota, e ordenou que eles entregassem passaporte, além de terem de usar tornozeleira eletrônica. Os sigilos bancários e telemáticos dos quatro também foram quebrados.

Cabral acusou o Supremo de usar a situação para se colocar como "vítima" e ganhar apoio público devido à crise institucional que atravessa. "Temos que tentar interpretar os sinais.

Nos parece que houve um planejamento para que essa situação viesse a ocorrer, esse enredo de vítima ao STF. Não tem razão para esse movimento todo. Afinal, qual foi o dado que o ministro Alexandre está achando que vazou da Receita? Falaram do contrato de R\$ 129 milhões [da mulher do magistrado, Viviane Barci de Moraes], que, sabidamente, não saiu da Receita, porque o órgão não tem esse documento", garantiu.

A outros veículos, Cabral disse que era mais fácil a Receita investigar a facção criminosa Primeiro Comando da Capital do que autoridades da República, pois os servidores tinham medo de retaliação.

Afastamento Também ontem, a **RFB** afastou o auditor fiscal Ricardo Mansano de Moraes do cargo de chefia devido à investigação da PF. A exoneração como chefe da equipe de gestão do crédito tributário e do direito creditório da **Receita Federal** em Presidente Prudente (SP) foi publicada no Diário Oficial da União (DOU).

Ricardo Mansano já havia prestado depoimento à Corregedoria da Receita e afirmou que acessou dados de Maria Carolina Feitosa, ex-enteada do ministro Gilmar Mendes, por "burrice". Ele mesmo classificou o ato de "ideia cretina" e disse que queria saber se trava-se da ex-esposa de um colega. Segundo o auditor fiscal, os dados acessados seriam de 2008.

Em nota divulgada ontem, a defesa de Mansano negou que ele tenha envolvimento com

irregularidades. "A defesa reafirma a idoneidade do servidor, profissional de reputação ilibada, que ao longo de anos de atuação junto à **Receita Federal do Brasil**, jamais respondeu a qualquer falta funcional", afirmaram as advogadas Marianna Chiabrando e Camilla Chiabrando.

Na manifestação, elas também afirmaram que não tiveram acesso à investigação e que, por isso, não poderiam comentar os detalhes do caso. (LP com Agência Estado)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/20/all.pdf>

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

I CAROLINA BRÍGIDO, AGUIRRE TALENTO, FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO

O advogado Rodrigo Fux, filho do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux, teve informações fiscais sigilosas acessadas de forma ilegal pela **Receita Federal**. Além dele, até agora a mulher do ministro Alexandre de Moraes, a advogada Viviane Barci de Moraes, e uma ex-enteada do decano Gilmar Mendes também tiveram dados consultados irregularmente.

Um dos servidores investigados no caso, Ricardo Mansano de Moraes foi demitido ontem.

A nova descoberta foi feita a partir da ordem de Moraes para a Receita rastrear seus sistemas e descobrir a origem de eventuais vazamentos de dados sigilosos de ministros do Supremo e parentes deles. A apuração está sob sigilo e foi inserida no inquérito das fake news, aberto em 2019 para investigar ataques a integrantes do tribunal.

O resultado parcial do rastreamento foi confirmado pelo Estadão com fontes que tiveram acesso à investigação. O caso do filho de Fux foi divulgado inicialmente pelo Metrôpoles.

Ainda segundo essas fontes, foram acessados de forma ilegal dados de cerca de cem pessoas. Procurado, o STF não se manifestou sobre as novas revelações do caso.

De acordo com o Supremo, quatro servidores foram alvo de busca e apreensão durante a operação da Polícia Federal aberta na última terça-feira.

Além de Ricardo Mansano, são investigados Luiz Antônio Martins Nunes, Luciano Pery Santos Nascimento e Ruth Machado dos Santos.

RESTRIÇÕES. Todos eles foram proibidos de exercer função pública e de ingressar nas dependências do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Receita. Também estão impedidos de acessar as bases de dados dos dois órgãos. Os suspeitos tiveram ainda os passaportes retidos.

Parte do STF está incomodada com a ordem de rastreamento nos sistemas da Receita. Segundo

ministros aliados a Edson Fachin, presidente da Corte, essa determinação deveria ter partido do comando do tribunal, e não de Moraes.

Demitido pela Receita, o auditor fiscal Ricardo Mansano é suspeito de ter acessado indevidamente os dados fiscais de uma ex-enteada de Gilmar Mendes. A exoneração foi publicada no Diário Oficial de ontem.

Ele exercia a função de substituto eventual do chefe da equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório da Delegacia da Receita em Presidente Prudente (SP).

Como mostrou o Estadão, ele admitiu aos investigadores que acessou os dados por "acidente", ao acreditar se tratar de outra pessoa. Ele foi submetido ao uso de tornozeleira eletrônica.

Em janeiro, provocada por Moraes, a Corregedoria da Receita pediu esclarecimentos a Mansano sobre a tentativa de acesso a dados confidenciais.

Ele apresentou sua versão.

"Fiz burrada", afirmou.

Em nota, a defesa de Mansano negou o envolvimento do servidor em irregularidades.

"A defesa reafirma a idoneidade do servidor, profissional de reputação ilibada, que, ao longo de anos de atuação junto à **Receita Federal**, jamais respondeu a qualquer falta funcional", afirmaram as advogadas Marianna Chiabrando e Camilla Chiabrando.

Em outro desdobramento do novo inquérito no Supremo, a PF intimou o presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, Kléber Cabral, para prestar esclarecimentos.

Em declarações à imprensa, Cabral afirmou que o STF usa a Receita para tirar o foco da crise do Banco Master e do banqueiro Daniel Vorcaro (mais informações nesta página).

As suspeitas de que dados sigilosos de ministros e seus familiares foram vazados surgiu após a Operação

Compliance Zero, que investiga o Master.

Em dezembro, foi revelado um contrato firmado pela mulher de Moraes para atuar na defesa dos interesses do Master e de Vorchato no Banco Central, na Receita e no Congresso.

GUARUJÁ. Também investigada no inquérito que apura os vazamentos de dados de ministros do STF e de parentes dos magistrados, a agente administrativa da Receita Ruth Machado dos Santos teria acessado os dados fiscais da mulher de Moraes em 21 de agosto de 2025, nas dependências da unidade do Fisco no Guarujá, no litoral paulista.

A servidora nega. Em nota, a defesa afirmou que ela "não possui qualquer vínculo político-partidário" e "não concorreu para infração penal".

Segundo investigadores da PF a par do depoimento de Ruth, ela afirmou que o suposto acesso aos dados de Viviane teria ocorrido enquanto ela realizava um atendimento na Receita no Guarujá. Aos investigadores, Ruth, que havia retornado de férias em 5 de agosto, duas semanas antes da data do registro do acesso, disse não saber se suas credenciais funcionais podem ter sido utilizadas por outro servidor. Ela afirmou que nunca compartilhou senhas ou tokens institucionais com terceiros.

CELULARES. Em 40 minutos de depoimento, a servidora, que está de tornozeleira eletrônica, afirmou que poderá provar que estava em atendimento no momento do acesso assim que tiver seu celular entregue pelos investigadores após a perícia.

Na casa de Ruth foram apreendidos dois celulares que estão com a PF.

A defesa da servidora, conduzida pelo advogado Diego Soares de Oliveira Scarpa, afirmou que Ruth "jamais respondeu a qualquer procedimento disciplinar, sindicância ou investigação, mantendo reputação ilibada e reconhecida" pelos colegas. Ela é técnica do Seguro Social desde 1994.

Em nota, a Receita reconheceu que dados foram acessados indevidamente e disse que as investigações estão sendo aprofundadas. "Os sistemas da Receita são totalmente rastreáveis, de modo que qualquer desvio é detectável, auditável e punível, inclusive na esfera criminal."

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

PORTAL TERRA

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais

violados

PORTAL UOL

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

RÁDIO PAQUERÊ 98.9 FM ONLINE - LONDRINA / PR

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

LEIA JÁ - NACIONAL

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

HNT - HIPER NOTÍCIAS - CUIABÁ - MT

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

REVISTA ISTO É DINHEIRO ONLINE

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

TRIBUNA DO AGRESTE - AL

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

CORREIO WEB

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

O POVO ONLINE - FORTALEZA - CE

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

O LIBERAL ONLINE - BELÉM - PA

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

TNONLINE - PR

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

DIÁRIO DO GRANDE ABC ONLINE - SANTO ANDRÉ - SP

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

REVISTA ISTO É ONLINE

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

CORREIO POPULAR ONLINE - CAMPINAS - SP

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

BLOG WALDINEY PASSOS - PETROLINA - PE

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

BLOG ALYSON NASCIMENTO - PETROLINA - PE

Filho de Fux é o 3º parente de ministro do STF com dados fiscais violados

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dino decide proibir novas leis que levam à "mixórdia" de penduricalhos

FELIPE DE PAULA E FAUSTO MACEDO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino proibiu expressamente ontem a edição de qualquer nova lei que autorize a inclusão e o pagamento de "parcelas remuneratórias ou indenizatórias" nos salários de **servidores públicos** que ultrapassem o teto constitucional. Ele também vetou o reconhecimento de novos desembolsos relativos a supostos "direitos pretéritos" no funcionalismo.

"É um dever básico de quem manuseia dinheiro público, pois, para justificar contracheques mensais habituais de R\$ 200 mil (ou mais), não bastam expressões genéricas como "direitos eventuais", "direitos pessoais", "indenizações", "remuneração paradigma", entre outras constantes de Portais de Transparência", frisou Dino. "Esses são os objetivos mirados pela tutela liminar deferida sobretudo fixadora de um "mapa do caminho" com procedimentos aptos a superar a mixórdia vigente", assinalou o ministro.

A decisão de Dino é um complemento à liminar que ele próprio despachou no último dia 5, ocasião em que apontou a existência de um "império dos penduricalhos" e determinou aos três Poderes que, em 60 dias, promovam uma ampla revisão dos contracheques que furam o teto constitucional (R\$ 46,3 mil pagos aos ministros do STF).

ENTIDADES. A nova ordem do ministro ocorre em meio ao notável cerco formado por uma avalanche de pedidos de "amigos da Corte", apresentados por entidades de carreiras jurídicas - as mais bem pagas da máquina pública, holerites que estouram em até cinco vezes o teto - que temem perder vantagens e benefícios classificados como "verbas indenizatórias" e, por isso, não sofrem incidência de Imposto de Renda.

Para Dino, o objetivo da liminar é assegurar "coerência, consistência, estabilidade e segurança sistêmica" ao funcionalismo público.

No dia 11, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), desembargador Francisco Eduardo Loureiro, questionou a legalidade da decisão de Dino e afirmou, em recurso ao STF, que a liminar pode provocar "insegurança jurídica sistêmica".

"SUSPENSAS". Em dezembro, a remuneração líquida dos desembargadores do TJ-SP atingiu média de R\$ 148.971,88. Levantamento do Estadão mostrou que 99,85% dos magistrados receberam acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 46,3 mil brutos. No total, a folha salarial dos magistrados do TJ de São Paulo alcançou mais de meio bilhão de reais (R\$ 546.318.579,97) em valores brutos, apenas em dezembro passado.

"A suspensão generalizada de parcelas indenizatórias pode gerar assimetria federativa, comprometer irremediavelmente a administração da Justiça, produzir efeitos financeiros irreversíveis e criar insegurança jurídica sistêmica", diz o recurso da Corte paulista.

Sobre os agravos apresentados contra a liminar, o ministro decidiu que a análise dos recursos ficará suspensa até o julgamento pelo plenário do Supremo, marcado para o dia 25 de fevereiro. A sessão servirá para estabelecer "os contornos da tutela liminar antes deferida e agora complementada", segundo o ministro.

Além do TJ-SP - única Corte a se insurgir formalmente contra a decisão -, outras 13 associações de carreiras jurídicas também se manifestaram contra os termos da liminar de Dino. A principal entidade de classe dos procuradores da República pediu a Dino para ingressar como "amigo da Corte" na ação.

Em petição de seis páginas, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal sustenta que a "controvérsia ultrapassa os interesses subjetivos das partes originais e adquire uma repercussão social e institucional de grande magnitude, afetando a segurança jurídica, a previsibilidade e a estabilidade do regime remuneratório de uma carreira de Estado essencial à função jurisdicional".

"CONTROVÉRSIAS". Dino ressaltou no despacho de ontem que, "desde o ano de 2000, o STF já decidiu, pelo menos, 12.925 casos sobre o teto no serviço público, conforme informações da assessoria da Corte".

"Não é razoável desejar que o tribunal continue a arbitrar indefinidamente controvérsias (novas ou não), a cada vez que um órgão interpretar - às vezes de

modo absurdo - a legislação para criar uma nova modalidade de verba remuneratória ou indenizatória acima do teto. Este método "caso a caso" não é condizente com a autoridade do STF e com a eficácia vinculante das suas decisões, tampouco com o respeito à determinação constitucional de que haja um teto remuneratório a ser observado por todos os agentes públicos", pregou o ministro.

Para ele, "é impossível ao Supremo decidir, neste caso concreto e em similares, sobre qual o valor do teto a ser observado, se cada ente da Federação no vasto território nacional adota seu próprio critério, sem qualquer aderência à lógica e ao Direito".

As declarações do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos- PB), sobre a primeira liminar de Dino foram celebradas pelo ministro, que renovou o apelo ao Poder Legislativo para que o Congresso Nacional enfrente e defina o debate sobre os penduricalhos.

"Anoto que houve importantes pronunciamentos parlamentares sinalizando a disposição de editar a lei nacional exigida pela Carta Magna", destacou Dino.

NO PLENÁRIO. Na ocasião, Motta disse: "Com a mesma coerência de quem defende a reforma administrativa, nós estamos aqui para dizer que a decisão do ministro Dino foi feliz; que nós vamos fazer essa discussão e esse debate, porque é isso que a sociedade nos cobra".

A decisão de Dino deverá ser submetida ao plenário do Supremo na próxima quarta-feira. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Rombo estatal fora do Orçamento (Editorial)

Depois de normalizar a retirada dos mais variados gastos federais do balanço orçamentário para vender a ilusão de ter acomodado o resultado fiscal aos limites do arcabouço, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva chega a outro patamar em matéria de manobra e projeta que neste ano o déficit das estatais seja de apenas R\$ 1,07 bilhão. Para quem pergunta como isso será possível diante da previsão do próprio decreto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de déficit primário de R\$ 9,1 bilhões apenas com os Correios, a resposta é simples: basta excluir o rombo do cálculo.

Um dia depois de apresentar a LDO, o governo retificou dados e deixou claro que, sem a exclusão de grande parte dos déficits, a estimativa de rombo das estatais para 2026 seria de R\$ 15,3 bilhões. E, assim, a gestão lulopetista inaugura uma nova fase de sua habitual farsa fiscal: além de deixar de fora boa parte dos gastos federais, agora esconde o saldo negativo de estatais ineficientes.

A manobra foi desenhada em dezembro de 2025, com uma medida incluída no projeto da LDO deste ano, aprovada pelo Congresso, que abriu caminho para retirar até R\$ 10 bilhões em despesas do Programa de Dispendios Globais destinadas a estatais com plano de reequilíbrio econômico-financeiro.

Parece - e foi - feita sob medida para os Correios, que, atolados na pior crise de sua história, apresentaram um mês antes um plano de reestruturação para se habilitar a um empréstimo bancário de R\$ 12 bilhões, garantido pelo Tesouro Nacional.

A empresa já recebeu R\$ 10 bilhões, cifra semelhante ao que o Congresso permitiu que fosse retirado das despesas destinadas às estatais. Mesmo assim, a direção dos Correios reforça que irá precisar de, ao menos, mais R\$ 8 bilhões para tocar uma reestruturação cercada de incertezas diante do gigantesco rombo acumulado pela estatal.

Na LDO o governo projetou déficit de R\$ 8,2 bilhões para 2026, mas recalibrou depois de um documento da própria estatal revelar a expectativa de chegar a dezembro com saldo negativo de R\$ 9,1 bilhões. A lista de revisões governamentais, aliás, merece destaque pela enorme diferença nos valores dos resultados das estatais. Alguns exemplos: o déficit da Emgepron cai de R\$ 17,79 bilhões para R\$ 3,1 bilhões; Hemobrás, de R\$ 8,59 bilhões para R\$ 967 milhões; Infraero, de R\$ 4,36 bilhões para R\$ 655 milhões; e Serpro, de déficit de R\$ 3,56 bilhões para

superávit de R\$ 285 milhões.

O próprio déficit primário total das estatais foi revisto de R\$ 11,07 bilhões para R\$ 15,3 bilhões, resultado que exigiria do Executivo uma compensação no orçamento fiscal, com redução do espaço para gastos públicos. Isso, claro, sem os expurgos que fizeram o rombo cair para pouco mais de R\$ 1 bilhão.

A "mágica" resolveu o que se tornaria um grande problema para Lula, um notório gastador de dinheiro público. E, como sempre, a opção pelo corte de gastos foi substituída por um "puxadinho" nas contas públicas.

De exceção em exceção, o governo cria um rol de excepcionalidades com potencial para mascarar em mais de uma centena de bilhões de reais o rombo deixado pelo terceiro mandato de Lula. Embora diga estar cumprindo a meta fiscal, o petista, em nome de seu projeto expansionista, tem abusado de artifícios para gastar sem registrar.

Assim tem feito em programas de distribuição de renda, investimento do PAC, ajuda emergencial a Estados e municípios, precatórios, gastos em saúde e educação com uso do Fundo Social, despesas com Defesa e com ressarcimento às vítimas de fraudes no **INSS**, entre outras.

A prática tem produzido fantasias como a de 2025, ano em que, com o resultado formal de déficit de 0,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o governo diz ter cumprido oficialmente a meta do arcabouço, que previa margem de 0,25% do **PIB** para déficit.

Ocorre que, sem os providenciais expurgos da engenharia contábil do governo, o saldo real foi déficit de 0,48% do **PIB**, quase o dobro do fixado pelas regras fiscais. Uma pérola do ilusionismo fiscal que o governo se esmera em lapidar em 2026, ano de eleições presidenciais. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mendonça retira restrições da PF em apurações do Master

Tiago Angelo e Caetano Tonet

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou na quinta-feira (19) decisões anteriores de Dias Toffoli e autorizou que agentes da Polícia Federal (PF) retomem o "fluxo ordinário" das apurações sobre o caso do Banco Master. Também determinou que eventuais novos inquéritos sobre o banco sejam, antes, solicitados e autorizados por ele.

Em janeiro, Toffoli, que atuava como relator do caso, definiu que só peritos indicados por ele poderiam acessar provas colhidas durante a operação Compliance Zero. Ele foi criticado por integrantes da PF pela decisão, que foi considerada "atípica".

Agora, os investigadores podem acessar livremente provas colhidas durante as investigações. Também podem conduzir depoimentos na própria PF, sem que as oitivas sejam realizadas sempre no STF.

"Autorizo a adoção do fluxo ordinário de trabalho pericial da Polícia Federal; a realização de diligências ordinárias que se façam eventualmente necessárias e que não estejam sujeitas à reserva de jurisdição específica - como, por exemplo, a oitiva de investigados e testemunhas nas dependências da Polícia Federal, a custódia do material apreendido nos depósitos da própria instituição", escreveu Mendonça.

O ministro, no entanto, determinou que o fluxo de trabalho respeite a "compartimentação própria às atividades de inteligência e de polícia judiciária". Ou seja, cada setor da PF ficaria restrita às suas respectivas áreas de atuação e os dados devem ser compartilhados só com os agentes que atuam nos inquéritos. O objetivo é garantir o sigilo das apurações.

Por fim, ele ordenou a que "a instauração de qualquer nova investigação ou inquérito" passe, antes, por ele.

Também na quinta, Mendonça decidiu que Daniel Vorcaro, dono do Master, não será obrigado a comparecer para depor na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Inicialmente, a defesa de Vorcaro afirmava que o dono do Master compareceria ao colegiado. Mas, na quinta-feira, a defesa entrou com um habeas corpus (HC)

pedindo que o comparecimento fosse facultativo. Segundo apurou o Valor, a defesa ainda discute se Vorcaro deve ou não ir à comissão.

A decisão de Mendonça não foi dada nesse HC. O despacho ocorreu em requerimento da própria CPMI, que tratava da maneira como Vorcaro iria a Brasília. Nesse sentido, o ministro proibiu o uso de jatinho particular.

O depoimento de Vorcaro foi antecipado para segunda-feira (23). Anteriormente, a oitiva estava prevista para quinta (26). Na terça (24), também está prevista uma oitiva do banqueiro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260220/>

Brasil pode ter ajuste fiscal sem "motoserra", defende Giambiagi

Anaís Fernandes De São Paulo

O próximo governo tem um conjunto de medidas para adotar, balanceando controle de gastos e recomposição de receitas, que, juntas e com pequena melhora complementar nas contas de Estados e municípios, podem levar a um ajuste do resultado primário consolidado de 1,3 ponto percentual (p.p.) do **PIB** até 2030, chegando a 2,5 p.p. até o outro mandato, em 2035. É o que sugere o economista Fábio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

"São aspectos totalmente defensáveis, porque os argumentos a favor são fortes, que poderiam ser adotados qualquer que seja o vencedor da eleição deste ano e que não implicam perdas como na Argentina de Javier Milei, em que as aposentadorias, por exemplo, tiveram perda real de 15%", diz Giambiagi, que é filho de argentinos.

Além da proposta fiscal, antecipada ao Valor, Giambiagi está lançando um novo livro ("Por que estudar economia?"), em coautoria com Arlete Nese, voltado aos futuros profissionais. A ideia é mostrar que a economia não precisa ser um assunto árido, no sentido de chato, mas que exige rigor.

"Em alguns campos, avançamos muito, e o Brasil de hoje não tem nada a ver com o que estudei. É o caso da política anti-inflacionária, da dívida externa ou mesmo da distribuição de renda. O problema que é denominador comum sempre são as contas públicas", diz Giambiagi, ao refletir sobre suas quatro décadas como economista.

Para ele, é preciso chegar no campo fiscal a uma "espécie de consenso parcial" como se atingiu no monetário, que passou por governos e testes diversos e cuja institucionalidade sobreviveu. "Como país, deveríamos ter o amadurecimento para chegar a um acordo entre um conjunto relevante de forças políticas para definir regras que permitam maior previsibilidade aos negócios e, principalmente, que acenem lá na frente com um quadro inicial de estabilidade e, depois, declínio da dívida/**PIB**. Precisamos deixar de mudar regras o tempo todo e definir um conjunto de princípios gerais que sejam respeitados nos próximos vinte, trinta anos", afirma.

Giambiagi diz haver duas formas de medir o sucesso de uma política fiscal. A primeira é observar os indicadores fiscais em si ao longo do tempo. A segunda é acompanhar a trajetória das taxas de juros de longo prazo. O Brasil não tem se saído bem em nenhuma, segundo ele. O desafio do próximo governo, afirma, é mudar o rumo dos indicadores fiscais, obtendo resultados primários melhores como base para reduzir a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) e, assim, conseguir uma mudança na trajetória de endividamento público e uma redução das taxas de juros.

Na sua proposta, o resultado primário consolidado deixaria de ser deficitário já em 2027, com um ligeiro superávit de 0,01% do **PIB**, e chegaria a 0,7% do **PIB** em 2030.

A receita melhoraria em 0,6 p.p. do **PIB** entre 2026 e 2030, mesmo percentual da queda do gasto primário. O crescimento médio do gasto primário total nos quatro anos seria de 1,1% ao ano.

Mesmo com as medidas, por sua dinâmica, a dívida continuaria a aumentar, porém, a um ritmo menor, de 1 p.p. do **PIB** em 2029, ante 2028, e de menos de 0,5 p.p. em 2030. Nas estimativas de Giambiagi, a dívida bruta do governo ainda saltaria de 83% do **PIB** em 2026 para 86,2% em 2027 e subiria para 88,2% em 2028, mas, depois, desaceleraria as altas para 89,6% em 2029 e 90% do **PIB** em 2030, quando alcançaria o pico.

A melhora da perspectiva fiscal alimentaria uma redução da taxa básica de juros durante todo o governo, segundo Giambiagi, o que poderia levar a Selic no fim de 2030 ao nível nominal de 7%. Isso, diz, favoreceria um aumento gradual das taxas de crescimento do **PIB**, a partir de um patamar de 1,5%, menor do que o atual pelos efeitos iniciais do ajuste.

"Seria um cenário associado a uma espécie de "gestão de transição". Nela, seria operado um ajuste moderado, cujos frutos plenos seriam colhidos no decorrer da próxima década. Então, seria possível alcançar um crescimento da economia, alicerçado na confiança, em torno de 2,5 % ao ano", afirma.

A perspectiva fiscal melhor também contribuiria para a despesa com juros cair dos atuais cerca de 8% para

5,43% do **PIB** até 2030, levando o déficit nominal para menos de 5% do **PIB** ao final do próximo governo, de um número perto de 9% esperado para 2026.

A estratégia gradualista é "inevitável" dado o apoio político necessário, diz Giambiagi. Ainda assim, ele afirma que os resultados estimados são "bastante robustos".

Estendendo o exercício para outro mandato, até 2035, o ajuste primário total chegaria a 2,5 p.p. do **PIB**, o déficit nominal seria um pouco superior a 2% do **PIB** e haveria reversão da trajetória da dívida pública na próxima década, encerrando 2035 em 82,5% do **PIB**.

O país poderia ainda entrar no rumo de déficit público que pudesse, na segunda metade dos anos 2030, ceder a menos de 2% do **PIB**, desde que o governo a ser empossado em 2031 promova nova reforma da Previdenciária, indica.

Sua proposta contempla três grandes iniciativas. A primeira é garantir variação real zero do gasto primário em 2027. Para Giambiagi, isso sinalizaria "inequívoco compromisso com a austeridade fiscal". Esse congelamento faria as despesas discricionárias (não obrigatórias) caírem 23%, mas, depois, elas poderiam se expandir de 1,53% do **PIB** em 2026 e 1,17% em 2027 para 1,71% em 2030, graças ao ajuste nas demais rubricas.

Giambiagi reforça a estratégia gradualista. Em 2024, Milei cortou a despesa primária total do governo argentino em 27%, e o sucesso inicial do programa levou alguns setores políticos aqui a defender algo como uma "motosserra brasileira" - muito mais fácil em um país com crise extrema e **inflação** galopante como nosso vizinho, pondera Giambiagi. Um corte de 2% nas despesas totais do Brasil, por exemplo, levaria a um tombo de 47% nos gastos não obrigatórios, estima. "Ajuste dessa magnitude no Brasil simplesmente não faz sentido", afirma. Ainda assim, para ele, o caso argentino mostra que, quando há "comando político", existe espaço para adotar políticas fiscais consistentes, mesmo que elas impliquem medidas duras durante certo tempo.

A segunda grande iniciativa é o que Giambiagi chama de "SuperPEC", uma Proposta de Emenda à Constituição tratando de temas diversos. Entre eles, está a eliminação gradual do abono salarial. Ele sugere desvincular o abono do salário mínimo e pagar 75% do valor previsto para 2028, com redução de 25% ao ano nos exercícios seguintes, até a extinção em 2031.

A despesa com abono representa de 0,2% a 0,25% do **PIB** e era justificada na origem, nos anos 1970, mas

perdeu razoabilidade, segundo Giambiagi. "Não serve para diminuir o desemprego, nem para combater a miséria, nem como elemento de redução da informalidade

ou de inclusão social", diz.

A "SuperPEC" também mudaria os critérios dos pisos com despesas obrigatórias em saúde e educação, vinculando, a partir de 2028, a saúde ao indexador do teto de despesas e a educação e o Fundeb (fundo para a educação básica) ao IPCA.

Na educação, considerando que o número de crianças e adolescentes irá declinar ao longo dos anos, manter o valor real da despesa ainda apontaria para um aumento da despesa per capita por aluno, diz Giambiagi. E, na saúde, como proporção do **PIB**, as despesas obrigatórias seriam preservadas ao redor de 1,5%. "Por profunda má fé, quem defende mudanças é tachado de querer reduzir o valor, o que é uma mentira", afirma.

Giambiagi observa que, à exceção de gastos com pessoal e **INSS**, as despesas obrigatórias estão concentradas em quatro itens: saúde e educação, ligadas à receita, conforme citado; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), responsável pelo BPC e afetada pela política do salário mínimo; Fundeb, com forte aumento até 2026 por causa de

uma emenda à Constituição de 2020; e Bolsa Família, pelo salto no número de famílias no valor pago.

O economista diz que o arcabouço fiscal aprovado em 2023 era "razoável", mas se mostrou inconsistente com outras regras. Assim, a terceira grande iniciativa sugerida é rever a lei do atual arcabouço fiscal em seis pontos. Primeiro, reduzir o piso e o teto de crescimento do gasto primário para zero e 2%, respectivamente, de 0,6% e 2,5%, pela ordem. "Em situações críticas, o piso seria menor e, em situações de bonança, o crescimento do gasto seria inferior à regra atual, permitindo um maior controle da relação gasto/**PIB**", afirma.

Segundo, definir na lei que o salário mínimo e o valor unitário dos benefícios previdenciários e assistenciais não terão aumentos reais por 12 anos (de 2028 a 2039).

Terceiro, adotar como indexador dessas despesas, bem como do próprio teto de gastos (antes da variação de zero a 2%), o IPCA nos 12 meses de dezembro do ano anterior a novembro de cada ano.

Com as mudanças na regra do salário mínimo, as despesas do **INSS**, que devem somar 8,35% do **PIB**

em 2026, poderiam ficar contidas na faixa de 8,3% a 8,4% do **PIB** até 2030, estima Giambiagi.

Quarto, adotar variação real anual zero para despesas com pessoal. Com isso, como proporção do **PIB**, essa despesa passaria de 3,4% em 2026 para 3,1% em 2030.

Quinto, limitar na lei os gastos "extrateto" às despesas com créditos extraordinários, de forma que qualquer iniciativa destinada a aumentar o gasto teria de ter compensação de outra despesa.

E, por fim, em sexto, as autoridades assumiriam, também em lei, o compromisso de apresentar uma proposta de nova reforma da Previdência até abril de 2031. Embora seja politicamente difícil implementar uma reforma já no próximo governo, reconhece Giambiagi, ele diz que a inclusão do dispositivo em lei favoreceria o debate público sobre o tema, essencial para que, em 2031, sejam aprovados complementos à reforma de 2019.

"É tentador pensar que, se voltamos a um assunto, é porque deu errado. Na verdade, a reforma foi um sucesso para o que se propôs", diz. Ele observa que, entre 2015 e 2020, o contingente de aposentados por tempo de contribuição crescia a uma taxa média anual de 4,4%, muito elevada em um país que crescia pouco. Nos cinco anos concluídos em 2021, essa taxa desacelerou para 3,7% e, depois, para 2,9% em 2022; 2,3% em 2023; 1,9% em 2024; e 1,2% em 2025.

O problema, segundo Giambiagi, é que mudanças em regras de concessão e acesso ao auxílio-doença, que faz parte do **INSS**, e ao BPC, que aumenta outros gastos e comprime o orçamento da Previdência, não estavam no radar à época da reforma de 2019.

A quarta grande iniciativa é um aumento moderado da receita, com redução de benefícios tributários de 4,78% para 4,38% do **PIB**, focando rever deduções de saúde/educação no Imposto de Renda, benefícios para títulos específicos e benefícios ao trabalhador.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260220/>

Ajuste fiscal para conter dívida é de 2% do PIB, calcula Mansueto

Anaís Fernandes e Marta Watanabe

O Brasil precisa de um ajuste fiscal de 2% do **PIB**, mais de R\$ 200 bilhões, para estabilizar a dívida, mas um choque para reduzir o endividamento em dois anos exigiria esforço grande no curto prazo, difícil de qualquer governo aprovar. Por isso, o caminho, a partir de 2027, é desacelerar o gasto e apresentar plano crível que permita enxergar nas metas de resultado primário a estabilização da dívida/**PIB** ao fim do próximo mandato, ainda que ela cresça até 2029. avalia Mansueto Almeida, economistachefe do BTG Pactual.

Se isso for feito, "muda tudo", diz, porque o mercado antecipará os efeitos, com alívio em **inflação**, juros e na própria trajetória da dívida. Isso, defende, demandará mudar parâmetros do arcabouço fiscal, com teto menor de crescimento real da despesa e busca pelo centro da meta, usando as margens só em casos excepcionais.

"O desafio do próximo governo é no dia 1 após a eleição, ou na primeira semana, propor um plano com credibilidade", afirma. Hoje quem faz conta estima que a dívida crescerá até 2035 e passará de 100% do **PIB**. "É situação de risco grave."

Para estancar gastos, são prioridade, com efeitos mais imediatos, mudar a regra do salário mínimo e endurecer o acesso a programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aponta Manuseto. Reformas estruturais, como a da Previdência e a administrativa, também precisam ser feitas.

O ajuste fiscal demanda ainda elevar receitas, o que, para não gerar distorções, deve ser feito com corte de regimes fiscais e gastos tributários, diz. "Não vamos nos enganar. Não há espaço para reduzir carga tributária no próximo governo." A forma de construir o primário, porém, importa e precisa, primordialmente, ser via contenção de despesa, frisa. A agenda de ajuste fiscal, defende, é conciliável com a dos programas sociais. Se não for realizada, coloca em risco os programas necessários para reduzir pobreza e desigualdade a longo prazo, alerta.

Veja a seguir os principais pontos da entrevista:

Valor:

Mansueto Almeida: Pelo conceito do Banco Central, e não o do cumprimento da meta, houve déficit primário de 0,5% em 2025. Com o esforço correto do governo de mexer em **tributos** que não faziam sentido, teremos recuperação de receita. Apesar disso, terminaremos este governo com déficit de 0,4% do **PIB**. O agravante é que, por escolha política, haverá ao fim de quatro anos alta real forte da despesa não financeira da União, de quase 20%. O desemprego em queda e a expansão do gasto levaram a mais **inflação** e a juros altos no curto e longo prazos. O déficit nominal médio, que define a trajetória da dívida, será de 8,5% do **PIB** neste governo, muito alto. E juros não se reduz na marra. Para reduzir o déficit nominal, é preciso melhorar o primário, principalmente segurando despesa. Não falo de corte de R\$ 50 bilhões, R\$ 100 bilhões, R\$ 200 bilhões em um, dois anos. Isso não acontecerá, qualquer que seja o governo. Falo de desacelerar a despesa.

Valor: A receita pode ajudar? Mansueto: A receita líquida do governo central foi de 18,3% do **PIB** em 2025. No segundo governo Lula, alcançou 18,9% do **PIB**, mas havia superávit primário de quase 2% do **PIB**. Hoje a dívida é maior e o esforço fiscal também. A dívida começou o atual governo em 71,7% do **PIB** e deve terminar entre 81,5% e 82%. Para estabilizá-la, precisamos de superávit de 1,5% ou 2% do **PIB**, no mínimo. Com déficit projetado de 0,4% neste ano, o esforço é de 2 p.p. do **PIB**, mais de R\$ 200 bilhões. A forma de construção do primário importa. Se for elevando receita e subindo gasto, é inflacionário. Se for, primordialmente, contendo alta da despesa, ajuda a reduzir **inflação** e juros e reduz o crescimento da dívida. Seja quem for, o próximo governo precisará melhorar receita, mas deveria priorizar controle da alta do gasto.

Valor: É preciso mudar o atual arcabouço fiscal a partir de 2027?

Mansueto: Quem quer que seja, o governo vai mudar os parâmetros. Após a pandemia, de 2021 a 2024, o **PIB** cresceu fortemente, acima de 3% anuais. Em 2025 e 2026, o crescimento médio deve ser de 2% ao ano. Em 2026, temos vários estímulos, como aumento da faixa de isenção de IR, consignado privado, ampliação do Minha Casa, Minha Vida, gastos com eleições federais e estaduais. O cenário de mercado

hoje é de Selic de 12% ao fim de 2026. Com inflação esperada de 4%, o juro real será de 8%. Se o ciclo de corte não continuar, teremos um 2027 difícil, no qual crescer 2% será desafiador.

Valor: Qual efeito no arcabouço? Mansueto: Pela atual regra fiscal, o gasto público real crescerá entre 0,6% e 2,5%. Os parâmetros deveriam ser redimensionados para baixo. Em geral, economistas avaliam que o crescimento do PIB potencial do Brasil está entre 1,5% e 2%. Num país com PIB potencial de 2%, no cenário mais otimista, teto de 2,5% parece muito alto. Significa que a despesa irá subir na linha do PIB ou mais.

Valor: E os gastos obrigatórios? Mansueto: Pouco mais de 90% da despesa é obrigatória. O governo decide a despesa com pessoal, como concursos, aumento de salário. A despesa com Previdência tem dinâmica própria, e precisamos olhar novamente para isso. Mesmo com fila de 3 milhões de pessoas no INSS, esse gasto subiu na casa de 4% reais em 2025, acima do PIB. Em 2010, o benefício previdenciário do INSS era 6,6% do PIB. Em 2025, foi 8,1%. Será difícil reduzir isso. Também será preciso mexer no BPC, que ficou com critérios mais vagos nos últimos anos. A dinâmica desses gastos independe dos parâmetros do arcabouço. Não vamos nos enganar. Não há espaço para reduzir carga tributária no próximo governo.

Valor: Como seria feita a redução de limite de gastos no arcabouço?

Mansueto: É preciso fazer escolhas. Houve expansão em quase todos os programas sociais, inclusive o Bolsa Família. É preciso avaliá-los e ser mais duro nas regras. Em quatro anos do atual governo, o salário mínimo teve aumento real acima de 10%. Com alta real de 2,5% anuais no mínimo, ninguém faz ajuste. A regra de correção do mínimo precisa ser alterada. As condições para isso são melhores do que no governo [Michel] Temer, quando o desemprego era de 12% e houve correção real zero no mínimo. O desemprego do Brasil hoje é de 5,1%. A dinâmica de mercado de trabalho ajuda a puxar o salário para cima, o que permite ser mais parcimonioso na correção.

Valor: Além do limite de despesa, outros parâmetros do arcabouço precisam mudar também?

Mansueto: Vai ter de mexer na despesa obrigatória, o que levará à discussão sobre o salário mínimo. É uma agenda extensa. Não gosto também da margem de [tolerância para a meta de] primário. Há margem para cima, que nem precisa, e para baixo. No atual governo, o primário sempre fica na margem de baixo. A trajetória de dívida tem de estar no plano do primário. Não precisa estar na regra e engessar mais. Mas é preciso colocar a trajetória de dívida esperada e

calcular o primário necessário ao longo do mandato para chegar no último ano nessa trajetória. É importante voltarmos a ter meta de primário. O Brasil passou mais de 20 anos, de 1999 a 2023, com meta que funcionou. Coloca o número e deixa claro que o foco é o centro da meta. A banda [de 0,5 p.p. do PIB] deveria ficar para despesas excepcionais, como a [de socorro após enchentes] do Rio Grande do Sul. Não é para usar todos os anos, porque não se atingiu o centro.

Valor: O esforço de 2% do PIB necessário para estabilizar a dívida/PIB precisa de quanto tempo?

Mansueto: O importante é ter plano crível, parâmetros claros. Teremos de voltar a confiar em metas de primário. O desafio do próximo governo é no dia 1 após a eleição, ou na primeira semana, propor um plano com credibilidade. Se todos enxergarem que, no fim do próximo governo, a dívida vai se estabilizar e pode cair, o mercado se antecipa e ajuda a reduzir inflação e juros. Isso muda tudo, já muda a velocidade do crescimento da dívida. Mesmo que a dívida cresça até 2029 e pareça que vai se estabilizar só em 2030. Hoje, quem faz conta estima que a dívida crescerá até 2035 e passará de 100% do PIB. É situação de risco grave. Alguns colegas acham que é preciso um choque para levar à queda da dívida em dois anos. Seria esforço grande em curto prazo, difícil de algum governo aprovar. Um período de crise econômica, como foi em 2015 e 2016, torna mais fácil medidas radicais. Não temos isso.

Valor: Na recomposição de receita a ser feita, a medida seria basicamente cortar gasto tributário?

Mansueto: Se tivéssemos as contas bonitinhas poderíamos focar melhorar a qualidade dos impostos. Por exemplo, o governo não teve apoio do Congresso na tributação de títulos incentivados. Hoje o mercado de título incentivado privado está consolidado e não faz sentido o incentivo. Também não faz sentido permitir a uma pessoa que fez procedimento estético na rede privada abater 100% disso da renda tributável do IR, principalmente em um país com sistema público universal de saúde. Há espaço grande para propostas do ponto de vista de arrecadação. Essas mudanças elevam receita sem criar distorções, sem sobrecarregar empresas. Hoje, o gasto tributário está em 7% a 8% do PIB, mas também não conseguiremos voltar ao período em que era 2%.

Valor: Na Previdência, as mudanças seriam para fazer o que não foi feito na última reforma ou para rediscutir parâmetros?

Mansueto: Cerca de 60% a 70% dos benefícios do INSS são iguais a um salário mínimo. Alterando a

correção real do mínimo, melhora imediatamente o gasto. E também melhora o BPC, que é de um salário mínimo. Podemos discutir todos os parâmetros, como idade. Pode haver uma regra que impacte a idade mínima daqui a quatro, cinco anos, com revisão periódica, a partir da expectativa de vida. A reforma da Previdência não trará ganho imediato. Os resultados não devem vir já em 2028. Podem vir até o fim do próximo governo, em 2029, 2030. O que traz ganho imediato é mudar a regra do salário mínimo e de enquadramento no BPC. No Brasil o debate de corte de despesas tem de considerar a redução da pobreza e da desigualdade. Mas há muitos programas e, talvez, economizando um pouco, haja espaço para gastos mais focalizados. A aposentadoria rural, por exemplo, foi importante para reduzir pobreza na década de 1990, mas com a valorização do salário mínimo, outros programas se tornaram mais efetivos. Dá para conciliar com o ajuste fiscal. Se os gastos continuarem a crescer no ritmo atual, haverá pressão em **inflação** e juros, com desaceleração econômica e risco aos programas necessários para reduzir pobreza e desigualdade a longo prazo.

Valor: É preciso desvincular gastos de saúde e educação da receita?

Mansueto: A economia com desvinculação de saúde e educação, a curto prazo, não é grande. Se o plano é mudar regimes especiais e gasto tributário, o que elevará arrecadação, deveria mudar a vinculação. Ela pode ser em relação à despesa total, para garantir que esses gastos não serão reduzidos. Se a ideia não é cortar regimes especiais e gasto tributário, a receita ficará estável e não é tão importante desvincular. Mas não gosto de vinculação, em especial na receita. Além disso, há as vinculações de saúde e educação nos governos regionais, com mesma regra nos mais de 5,5 mil municípios, independentemente do número de crianças na escola ou de idosos com maior demanda na saúde.

Valor:

Mansueto: Quando o atual arcabouço foi aprovado, o mercado gostou. Mas começaram exceções à regra do teto [de despesas], inclusive com decisões de outros Poderes, e a credibilidade foi perdida. Por isso também que a reforma administrativa é importante. Até podemos discutir se o teto salarial é baixo para pessoas de alta qualificação. O que não pode é ter teto e quase todos receberem muito acima. Isso ocorre menos no Executivo e mais no Judiciário e uma parte no Congresso. A regra constitucional precisa valer para os três Poderes. A reforma administrativa foi vendida de forma errada, com mensagem de reduzir gasto com pessoal. Se for boa resulta nisso, mas não é esse o objetivo. A reforma administrativa busca

eficiência do Estado. É premiar bons funcionários, com critérios de meritocracia e engajamento. Debates para voltar com itens como licença-prêmio a cada cinco anos e progressão automática são retrocesso.

"Taxa de desemprego baixa atual permite mais parcimônia na correção real do salário mínimo"

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Ajuste fiscal para conter dívida é de 2% do **PIB**, calcula Mansueto

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20260220/>

INSS devolve quase R\$ 3 bilhões em descontos indevidos; prazo termina em um mês

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) ainda tem R\$ 300 milhões para devolução dos descontos indevidos. O prazo para fazer a adesão ao acordo foi estendido até 20 de março, de 2026, para os aposentados e pensionistas que têm direito.

O programa de ressarcimento começou em 24 de julho de 2025. Até agora foram devolvidos R\$ 2,9 bilhões a 4,3 milhões de segurados vítimas de descontos associativos indevidos, entre março de 2020 e março de 2025.

O governo federal havia liberado R\$ 3,3 bilhões ao Ministério da Previdência para o pagamento. Com isso, são R\$ 3 bilhões que ainda restam à disposição do ressarcimento.

Ao todo, foram abertos 6,4 milhões de pedidos, segundo o último balanço de consulta dos descontos de entidades associativas na folha de aposentados e pensionistas, divulgado nesta quinta-feira (19).

Faltando um mês para o fim do prazo, os segurados que foram atingidos pelos descontos devem identificar e contestar as cobranças irregulares.

A contestação, que é o primeiro passo para que o beneficiário possa aderir ao acordo de ressarcimento, deve ser feita pelo aplicativo Meu **INSS**, Central 135 ou nas agências dos Correios.

Quem pode aderir ao acordo

Como fazer

Contestar o desconto indevido:

Pode ser feito pelo aplicativo Meu **INSS**, Central 135 ou nas agências dos Correios até 20 de março

Aguardar a resposta da entidade:

Prazo: até 15 dias úteis

Sem resposta da entidade?

O sistema libera automaticamente a opção de adesão

ao acordo

Recebeu resposta irregular?

O **INSS** também está liberando a adesão para beneficiários que receberam respostas irregulares das entidades, como assinaturas falsificadas ou gravações de áudio

Aderir ao acordo:

Agora é só fazer a adesão ao acordo pelo aplicativo Meu **INSS** ou presencialmente nas agências dos Correios. A Central 135 não está habilitada para essa opção.

No aplicativo Meu **INSS**

Não caia em golpes!

Toda a comunicação é feita pelos canais oficiais:

Site: <https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/inss-devolve-quase-r-3-bilhoes-em-descontos-indevidos-prazo-termina-em-um-mes-20022026/>

Criptoativos e split payment: alcance e limites

A Emenda Constitucional () nº 132/2023 promoveu a mais profunda remodelação do sistema tributário brasileiro desde 1988 ao instituir o IBS e a CBS como **tributos** de base ampla sobre o consumo e ao introduzir mecanismos de automação arrendatária alinhados à modernização fiscal.

Entre esses mecanismos, destaca-se o split payment, técnica de segregação automática dos **tributos** no momento da liquidação financeira da operação.

O split payment funciona pela divisão instantânea do pagamento: quando a transação é liquidada no sistema financeiro, a parcela correspondente ao tributo é automaticamente direcionada ao Fisco, enquanto o fornecedor recebe apenas o valor líquido já descontado do imposto e contribuição sobre o consumo. A lógica é reduzir inadimplência, mitigar fraudes e tornar a arrecadação mais previsível.

Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda reforça que o mecanismo representa um "salto para a modernidade fiscal, ao integrar emissão da nota fiscal eletrônica, sistemas de pagamento e envio automático do tributo em um fluxo contínuo.

No entanto, o modelo do split payment parte de uma premissa essencial: a existência de uma liquidação financeira intermediada por instituições autorizadas, em moeda fiduciária, dentro de uma arquitetura bancária supervisionada. É justamente esse pressuposto que se rompe quando observamos o funcionamento dos criptoativos.

Na sua essência, o mercado digital de transações com ativos como Bitcoin ou Ether foi concebido para não passar pelo sistema bancário tradicional, não utilizar instituições intermediárias e não ser liquidadas por agentes financeiros. Nesses casos, o pagamento é executado diretamente na blockchain, por meio de validação distribuída da rede, sem qualquer ator que possa segregar

automaticamente o tributo no momento da transferência. A cadeia de custódia, a liquidação e o registro da operação ocorrem inteiramente no ambiente descentralizado.

Os criptoativos também podem ser transacionados

através de exchanges centralizadas, que funcionam como uma espécie de agentes intermediários que conectam vendedores e compradores, fazem conversão de moedas e, também, mantêm a cadeia de custódia da criptomoeda. No Brasil, as prestadoras de serviços de ativos virtuais

somente poderão funcionar mediante prévia autorização de órgão ou entidade da administração pública federal, tendo suas diretrizes de funcionamento e regras de supervisão previstas originalmente na Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022.

Por essa razão, no desenho jurídico e tecnológico atual, o split payment poderia ter alguma limitação para alcançar operações liquidadas com criptoativos transacionados, especialmente nas operações realizadas entre duas partes e liquidadas na blockchain nas operações P2P on chain, sem utilização de exchanges centralizadas. Isso porque o split payment depende de um conjunto de condições estruturais que simplesmente não se verificam nessas transações com criptoativos. O mecanismo exige: (i) a existência de um intermediário financeiro autorizado, responsável por processar o pagamento e segregar o tributo; (ii) uma liquidação fiduciária em moeda nacional, realizada dentro da infraestrutura bancária; (iii) um fluxo de pagamentos padronizado, rastreável e centralizado; e (iv) a possibilidade de vincular a operação comercial a um evento único e identificável de pagamento. Nenhum desses elementos está presente no ecossistema cripto descentralizado. Por não

cumprir esses requisitos funcionais, o criptoativo negociado diretamente entre partes escapa à lógica institucional que lastreia o split payment, o que explica a impossibilidade de aplicar o modelo às operações realizadas em redes distribuídas.

De outro lado, as transações realizadas por intermédio de exchanges centralizadas autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central tendem a ser mais rastreáveis do ponto de vista regulatório, na medida em que possuem registros e guarda de informações e, em muitos casos, há (ferramentas de) auditoria sobre ordens, execução, custódia e liquidação. Nessas situações, o split payment encontraria um ambiente mais favorável a ser

implementado.

Esse diagnóstico, porém, não encerra a discussão. **Receita Federal** tem estudado modelos de "tributação instantânea" nas transações com criptoativos, prevendo, para 2027, fases de testes envolvendo integração com exchanges, análise de dados on-chain e potencial uso de contratos inteligentes como ferramentas de automação fiscal. A ideia é aproximar o nível de rastreabilidade do mercado cripto ao ambiente tradicional, permitindo que certas operações realizadas P2P on chain ou dentro de exchanges centralizadas possam, no futuro, ser reportadas automaticamente.

Ainda assim, o avanço traz desafios relevantes, uma vez que pode gerar resistência entre usuários que valorizam privacidade, auto custódia e o caráter não intermediado das blockchains. Um excesso de intervenção pode gerar migração para plataformas menos supervisionadas, enquanto uma ausência regulatória amplia riscos sistêmicos e dificulta a própria arrecadação.

O split payment, portanto, inaugura uma nova etapa da administração tributária brasileira, ao automatizar o recolhimento e reduzir a dependência do contribuinte como agente operacional. Contudo, pode permanecer limitado ao universo financeiro tradicional, baseado em liquidação fiduciária e intermediação institucional.

No ecossistema dos criptoativos, marcado por descentralização, liquidação nativa e ausência de intermediários obrigatórios, esse modelo encontra seus limites estruturais.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260220/>

Comitê Gestor do IBS terá sistema independente de apuração ligado a portal único

Márcia Magalhães

Eduardo Cucolo

O CGIBS (Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços), órgão criado pela **reforma tributária**, tem entre as prioridades para este ano a entrega dos modelos de todos os documentos fiscais, dos sistemas de apuração, arrecadação e distribuição do tributo, além da integração dos cadastros dos contribuintes.

Em entrevista ao blog, Luiz Dias, assessor da Secretaria da Fazenda de Alagoas e coordenador do grupo de trabalho responsável pela estrutura institucional do comitê, detalhou os principais avanços que serão implementados nos próximos meses.

Entre eles, um portal integrado da **reforma tributária** sobre o consumo. "O objetivo é criar um balcão único. O contribuinte terá acesso a todos os serviços disponibilizados pela Receita e pelo Comitê Gestor do IBS. É bem mais simples do que temos hoje. Quantos portais não existem pelo país para que as empresas consultem?", questiona Dias.

Ele explica que o contribuinte fará um login único para consultar, por exemplo, a apuração dos **tributos**. Por trás dessa interface, haverá dois sistemas de apuração rodando: um para o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) dos estados e municípios e outro para a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal.

A apuração do IBS terá um sistema próprio porque há casos em que o resultado não será o mesmo da CBS. No caso do IBS, por exemplo, a partir de 2033 será possível utilizar créditos de ICMS não compensados na fase de transição. Além disso, o imposto é distribuído de acordo com o destino, enquanto a contribuição fica toda com o governo federal.

"Estamos tratando com a Receita como vamos sincronizar as apurações, no sentido de sempre utilizar os mesmos documentos fiscais, as mesmas regras na parte que for comum, porque temos algumas regras diferentes", afirma. "Há possibilidades de crédito que

não são as mesmas. Mas estamos trabalhando para que seja feito da forma mais integrada possível."

Outro objetivo é criar um documento de arrecadação unificado para recolhimento de IBS e CBS, o que não impede que o contribuinte escolha fazer o pagamento de forma separada.

Também está sendo discutida a instituição de uma plataforma conjunta para o split payment, sistema em que o imposto é automaticamente retido no momento do pagamento da operação, para integração das entidades financeiras. Dessa forma, as instituições terão uma interface única com o governo, sem necessidade de fazer uma conexão com o Comitê e outra com a Receita.

Em relação à elaboração do regulamento infralegal, com a posse dos representantes dos municípios no Conselho Superior do Comitê, esses gestores terão agora a oportunidade de avaliar o trabalho das equipes técnicas para que o documento seja divulgado nos próximos meses.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Todo o sistema está sendo desenvolvido em módulos integrados. O assessor ressalta que os entes que têm capacidade instalada disponível têm apoiado o desenvolvimento de soluções.

O Rio Grande do Sul ficou com três módulos. O desenvolvimento do sistema de apuração já está com a primeira fase completa. Também serão desenvolvidos neste ano os sistemas de arrecadação e distribuição.

A plataforma de serviços está com Minas Gerais, e a plataforma de atendimento com o Ceará. O Sigef (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal) foi cedido por Santa Catarina e está sendo customizado pelo estado de São Paulo.

Está em execução um projeto-piloto com 134

empresas para testar o sistema de apuração do IBS. Na semana passada, o comitê lançou uma série de lives com o objetivo de tirar dúvidas das empresas participantes e garantir que o desenvolvimento do sistema conte com a visão dos contribuintes. Acesse os vídeos aqui

"O nosso foco é a experiência do contribuinte. A gente tem feito lives semanais, abrimos canais de comunicação direta com eles, e a gente trabalha em parceria com os contribuintes para ser um ganhador", afirma Dias.

"A gente vai lançar a primeira onda com as funcionalidades essenciais e vai evoluindo, mas sempre pensando em como facilitar o cumprimento voluntário dos contribuintes. As primeiras entregas para esse ano são: todos os documentos e os sistemas de apuração, arrecadação, distribuição e integração de cadastros funcionando", diz.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2026/02/comite-gestor-do-ibs-tera-sistema-independente-de-apuracao-ligado-a-portal-unico.shtml>

Brasil pode evitar até 236 mil mortes em 20 anos com imposto sobre ultraprocessados, aponta estudo

Por Poliana Casemiro, Talyta Vespa

75% dos adultos podem estar com excesso de peso em 2044 se a tendência atual continuar no Brasil.

Taxar ultraprocessados poderia evitar até 236 mil mortes e 1,8 milhão de casos de doenças crônicas em 20 anos, segundo modelagem.

O Imposto Seletivo aprovado inclui bebidas açucaradas, mas deixou de fora os ultraprocessados como categoria ampla.

O estudo considerou apenas doenças mediadas pelo excesso de peso; efeitos diretos dos ultraprocessados não entraram na conta.

A redução de casos teria impacto também nas contas públicas, com economia potencial de bilhões de reais em gastos com saúde.

O Brasil caminha para um cenário em que três em cada quatro adultos estarão com excesso de peso em 2044. A projeção não é alarmismo, é tendência. E foi justamente a partir dela que pesquisadores brasileiros decidiram simular o que aconteceria se o país adotasse uma política fiscal mais agressiva contra alimentos ultraprocessados.

O resultado: um aumento de 50% no preço desses produtos poderia evitar cerca de 1,8 milhão de novos casos de doenças crônicas e até 236 mil mortes ao longo de duas décadas.

O estudo, publicado na *American Journal of Preventive Medicine*, projetou diferentes cenários de tributação entre 2024 e 2044. Hoje, 57% dos adultos brasileiros vivem com sobrepeso. Mantida a trajetória atual, esse percentual pode chegar a 75%. No cenário de taxaço mais elevada, a prevalência cairia para 50%.

A redução do peso médio da população não é um dado isolado. Ela repercute diretamente sobre doenças associadas ao excesso de peso -como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, doença renal crônica e alguns tipos de câncer relacionados ao índice de massa corporal elevado.

O que o estudo mediu

A pesquisa utilizou modelagem matemática baseada em dados brasileiros de consumo alimentar e saúde populacional. O ponto de partida é a chamada elasticidade-preço -ou seja, o quanto o consumo tende a cair quando o preço sobe. A partir dessa redução estimada no consumo, o modelo projeta impacto gradual sobre o peso corporal e, depois, sobre doenças crônicas ao longo do tempo.

A análise considerou apenas enfermidades mediadas pelo excesso de peso. Não foram incluídos possíveis efeitos dos ultraprocessados independentes do índice de massa corporal.

Para Eduardo Nilson, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília e do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP), um dos líderes do estudo, a abordagem foi deliberadamente conservadora.

"Trabalhamos buscando subestimativas. Estamos falando só de doenças mediadas pelo excesso de peso. O impacto real pode ser maior."

O imposto aprovado

A discussão ganha relevância porque o Brasil acaba de aprovar o chamado Imposto Seletivo, que entrará em vigor a partir de 2027. A medida incidirá sobre produtos fumígenos, bebidas alcoólicas e bebidas açucaradas.

Os ultraprocessados como categoria ampla ficaram de fora.

Durante o debate da **reforma tributária**, houve propostas para incluir o conjunto desses alimentos industrializados -como biscoitos recheados, salgadinhos, embutidos e macarrão instantâneo- mas a ideia não avançou no Congresso.

Nilson considera que a inclusão das bebidas açucaradas representa avanço, mas afirma que o

potencial de impacto seria maior com uma base mais abrangente.

"O Brasil está discutindo as alíquotas. Quanto maior o aumento de preço, maiores são os impactos projetados."

Ele relata que houve forte resistência política à ampliação da medida.

"Houve uma força de lobby atuando tanto no Executivo quanto no Legislativo para restringir o imposto e excluir os ultraprocessados. Em determinado momento, até as bebidas açucaradas quase ficaram de fora."

O que são ultraprocessados

Ultraprocessados são formulações industriais feitas majoritariamente a partir de substâncias extraídas de alimentos ou sintetizadas em laboratório, combinadas a aditivos como aromatizantes, emulsificantes e estabilizantes. A definição segue a classificação NOVA, desenvolvida por pesquisadores brasileiros.

No Brasil, cerca de 20% das calorias consumidas já vêm desse grupo. Entre crianças e adolescentes, a participação é ainda maior.

O Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos recomenda que esses produtos não sejam oferecidos até essa idade. Ainda assim, pesquisas mostram exposição precoce -inclusive antes dos seis meses de vida.

"Há crianças consumindo ultraprocessados antes mesmo de completar um ano, quando a recomendação é evitar até os dois. Essa exposição precoce antecipa o risco de obesidade, hipertensão e diabetes", afirma Nilson.

A literatura científica mostra associação consistente entre maior consumo de ultraprocessados e aumento do risco de doenças crônicas. Parte desse efeito ocorre porque esses produtos facilitam o ganho de peso ao longo do tempo.

Impacto também nas contas públicas

Além da redução de mortes e casos de doenças, o pesquisador afirma que o efeito projetado teria repercussão direta sobre os gastos em saúde.

Embora os cálculos econômicos não tenham sido detalhados no artigo, Nilson diz que as estimativas indicam economia potencial na casa dos bilhões de reais ao longo das duas décadas analisadas.

"Estamos falando de doenças crônicas que exigem tratamento contínuo, internações e medicamentos de alto custo. A redução desses casos inevitavelmente se traduz em economia significativa para o sistema de saúde."

Mais que arrecadação, uma política de prevenção

Se mantida a tendência atual, o país pode acumular mais de 10 milhões de novos casos de doenças crônicas atribuíveis ao excesso de peso nas próximas duas décadas, além de mais de 1 milhão de mortes associadas.

Para Nilson, a tributação não deve atuar isoladamente, mas como parte de um conjunto de políticas que inclua estímulos a alimentos in natura e medidas que tornem escolhas mais saudáveis mais acessíveis.

"Produtos e serviços que causam dano à saúde precisam pagar."

O debate sobre o imposto seletivo, portanto, não é apenas tributário. Ele envolve o tipo de ambiente alimentar que o país deseja construir -e o custo humano e econômico de manter a trajetória atual.

Site:

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2026/02/20/brasil-pode-evitar-ate-236-mil-mortes-em-20-anos-com-imposto-sobre-ultraprocessados-aponta-estudo.ghml>

Prévia mostra PIB mais fraco em 2025

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou um crescimento de 2,5% em 2025 após recuar 0,2% em dezembro, de acordo com os dados divulgados pela autoridade monetária na manhã de ontem. Considerado como a "prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**)".

Apesar do recuo em relação ao mês anterior, a última apuração mensal do IBC-Br registrou um ganho de 3,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O indicador oficial será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 3 de março.

Ao excluir o setor agropecuário, o índice do BC acumulou alta de 1,8% no ano. Sozinho, o indicador da agricultura e pecuária avançou 13,05% em 2025. O peso desse setor no IBC-Br, no entanto, é de apenas cerca de 5%, bem abaixo de indústria (20,9%) e serviços (59,2%).

A taxa acumulada pelo IBC-Br da indústria fechou o ano em 1,45%, ao passo que o índice de serviços encerrou o mesmo período em 2,06%, após registrar um leve recuo em dezembro.

Além disso, o indicador de **impostos**, que representa os **tributos** líquidos sobre produtos do **PIB**, ficou em 1,24%.

No trimestre móvel encerrado em dezembro, o IBC-Br cresceu 0,4% na comparação com os três meses anteriores. Nesse período, o índice do setor agropecuário cresceu 2,8% ao passo que a indústria caiu 0,2%. Já os serviços avançaram 0,5%, enquanto que os **impostos** subiram 0,3%.

O recuo do índice em dezembro confirma que a economia perdeu tração no fechamento do ano, especialmente depois de um avanço forte de novembro, na visão de Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos. "A fraqueza industrial dialoga com um ambiente global mais desafiador, com China ainda irregular e commodities metálicas sob pressão, o que tem impacto direto em empresas como Vale e na dinâmica do Ibovespa (Índice da Bolsa de Valores de São Paulo)", comenta o especialista.

Lima destaca ainda que, para o mercado, o resultado mais fraco do IBC-Br diminui os riscos de um novo aumento da **inflação**. "O cenário segue de expansão

moderada, com maior seletividade setorial.

Em renda variável, isso significa foco em empresas com valuation mais ajustado, geração consistente de caixa e menor alavancagem, em um ambiente em que juros e commodities continuam sendo as principais âncoras de precificação", acrescenta.

Histórico O resultado acumulado nos 12 meses do ano passado mostram a diferença em relação ao que ocorreu em 2024, quando o índice do Banco Central avançou 3,8% - o melhor resultado desde 2021, quando a economia se recuperou de um ano traumático marcado pela pandemia de Covid-19. Apesar de ser considerada uma prévia do **PIB**, o resultado do IBC-Br tem se distanciado da atividade econômica oficial. No ano passado, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou um crescimento de 3,4% na economia brasileira - abaixo do número divulgado pelo BC.

Apesar de sinalizar uma perda de ritmo na atividade, o IBC-Br não indica uma reversão de tendência, na visão do diretor da Bossa Invest, Antonio Patrus. "Para o mercado, essa combinação de atividade » RAPHAEL PATI mais moderada e **inflação** em processo de ajuste pode fortalecer a precificação de cortes da Selic ao longo do ano, melhorando o ambiente para ativos de risco, ainda que o cenário externo, com um Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) mais conservador, limite movimentos mais agressivos", considera.

Já o economista e CEO da Super- ETF Educação, Fábio Murad, acredita que o resultado deve causar uma repercussão na curva de juros, com chance de alívio nos títulos com vencimentos curtos, se a leitura for de atividade mais fraca e **inflação** em trajetória melhor.

No caso das ETFs, que representam fundos de investimentos ligados à bolsa de valores, ele espera que os investidores apostem mais em índices ligados a juros.

"Em projeção de **PIB**, (o resultado do IBC-Br) reforça a necessidade de revisar cenários com base em sequência, não em manchete, e aumenta a chance de ajustes marginais no crescimento do fim de 2025 e nas estimativas para o começo de 2026. ETFs ajudam a atravessar esse tipo de transição de ciclo sem depender de uma única aposta", sustenta.

Política monetária O IBC-Br foi criado em março de 2010, com o objetivo de acompanhar a evolução da atividade econômica do país em um prazo mais curto do que o **PIB**, do IBGE, que é trimestral.

De periodicidade mensal, o indicador tem o objetivo de contribuir nas análises para a estratégia de política monetária, de responsabilidade da autoridade monetária.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/02/20/all.pdf>

Prévia do PIB do BC fecha 2025 com alta de 2,5%

MARIANNA GUALTER/BRASÍLIA

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do **PIB** (Produto Interno Bruto), fechou 2025 com alta de 2,5% em relação ao ano anterior, na série sem ajuste sazonal, informou ontem o BC. Considerando a métrica acumulada em 12 meses, em dezembro houve uma aceleração em relação ao mesmo período até novembro, quando o avanço era de 2,3%.

Em dezembro, o IBC-Br caiu 0,20% na comparação com novembro.

Em novembro, o índice subiu 0,6% ante outubro.

O recuo em dezembro, porém, foi menos intenso do que previa a mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para uma queda de 0,4%.

As estimativas do mercado iam de contração de 0,6% a avanço de 0,1%. O IBGE vai divulgar os dados oficiais do **PIB** do quarto trimestre e de 2025 em 3 de março

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação em queda é vitória do BC (Editorial)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação, tende a chegar, em meados deste ano, a seu nível mais próximo do centro da meta inflacionária de 3% para o acumulado em 12 meses, informou recente reportagem do Estadão com base em estimativas do mercado financeiro. Especialistas ouvidos consideram a tendência consistente e concordam que pode servir à exploração eleitoral, embora as opiniões se dividam sobre o peso que a economia terá na campanha.

De fato, o monitoramento do Banco Central (BC), que traça o paralelo entre a meta de inflação ao longo do tempo e o IPCA efetivamente registrado, lista também as tendências futuras no horizonte de um ano, captadas pelo boletim Focus, e mostra a inflação ao redor de 3,3% de março a julho deste ano. O mais próximo que o IPCA chegou da meta de 3%, em vigor desde janeiro de 2024, foi em abril daquele ano, com 3,69% - e por pouco tempo, já que no mês seguinte voltou a se aproximar dos 4%, numa escalada que levou a taxa aos 5,53% em abril de 2025.

Durante todo esse período, o Banco Central resistiu à pressão incessante do Planalto e do PT para afrouxar a política monetária, enfrentamento que foi ainda mais intenso nos dois primeiros anos do mandato de Lula da Silva, quando o banco ainda era presidido pelo indicado da gestão anterior, como manda a lei da autonomia. Foi a austeridade do BC que criou as condições para a atual expectativa de queda consistente da inflação, apesar da política de gastos crescentes do governo.

Mas, por óbvio, não será a imagem que o lulopetismo irá explorar na campanha eleitoral. Por certo, deve tentar surfar uma onda que não escalou, mas que não restem dúvidas: a busca pelo controle da inflação está sendo um esforço solitário do Banco Central.

Diante do alívio do cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom) adiantou que pretende iniciar na reunião de março o ciclo de queda da taxa básica de juros, hoje em exorbitantes 15% ao ano. Mas fez questão de reafirmar "o firme compromisso" de trazer a inflação à meta. Há quem considere a meta de inflação irreal, mas, como o próprio presidente do BC, Gabriel Galípolo, declarou, o debate mais importante é sobre por que o País tem dificuldade de fazer a inflação convergir para a meta mesmo com juros tão altos.

Este jornal, mais uma vez, defende que a política fiscal

tem de acompanhar o esforço da política monetária.

Por mais restritivos que sejam os juros, a linha econômica do lulopetismo é incompatível com o controle inflacionário. Ao irrigar a economia com recursos públicos, com incentivo ao crédito, subvenções em série e simultâneos programas de distribuição de renda, Lula ao mesmo tempo fragiliza as contas do governo, que gasta muito mais do que arrecada, e gira o motor do consumo além do que a produção nacional é capaz de sustentar.

O quadro mais tranquilo da inflação neste início de 2026 ainda embute riscos e, como destaca o economista André Braz, da FGV, é preciso entender o que está por trás dos preços, como eles se formam e quais forças estão em jogo a cada momento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sem dinheiro, máquina pública não para na hora, mas há risco de colapso

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Ficar sem dinheiro em caixa não paralisa a máquina pública automaticamente, mas segundo especialistas é um alerta para as gestões estaduais, pois demonstra que o Estado não tem dinheiro suficiente para quitar as despesas herdadas de anos anteriores - os chamados restos a pagar - e assumir novos compromissos. Assim, no dia a dia, a unidade da Federação precisa segurar os gastos, adiar pagamentos e até cancelar serviços para não entrar em colapso.

A falta de dinheiro em caixa também coloca os governadores no "paredão" da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O texto proíbe os governadores de, nos últimos oito meses de mandato, contrair despesas que não possam ser pagas integralmente dentro do ano ou com recurso suficiente em caixa para serem quitadas no ano seguinte.

Uma regra aprovada no ano passado criou um limite a mais. A partir de 1.º de janeiro de 2027, se o dinheiro em caixa não for suficiente para honrar os compromissos do ano anterior e demais obrigações financeiras, os Estados não poderão conceder ou ampliar benefícios tributários. Ou seja, neste ano a situação não poderá se repetir se os gestores quiserem entregar o caixa no "azul".

Como o Estadão mostrou, o Distrito Federal está nessa situação. Tirando os recursos carimbados para Saúde, Educação e outras vinculações obrigatórias, a disponibilidade ficou negativa em R\$ 876,6 milhões (mais informações nesta página).

O governador Ibaneis Rocha (MDB) estuda fazer um aporte no Banco de Brasília (BRB), controlado pelo governo distrital, após um rombo deixado pelo Banco Master, mas a ação pode pressionar ainda mais o orçamento, que já é turbinado por um fundo bancado pela União.

RS. A Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul afirmou que a indisponibilidade de caixa "não é um fenômeno novo nem exclusivo do exercício atual", mas uma característica histórica das finanças estaduais que vem sendo melhorada.

"Embora o indicador específico do RGF reflita uma

realidade histórica que ainda exige atenção e acompanhamento permanente, ele não impede o funcionamento do Estado nem a execução das políticas públicas." O governo de Alagoas disse que a falta de recursos em caixa decorre da reestruturação de uma dívida com o Banco Mundial. O Executivo estadual estruturou uma operação para renegociar o débito em dezembro do ano passado, mas a operação foi formalizada apenas em janeiro de 2026, o que teria afetado o fluxo de caixa, com uma parte das despesas não sendo quitada em 2025.

"Trata-se, portanto, de um efeito contábil circunstancial decorrente do encerramento do exercício fiscal, e não de uma deterioração estrutural das contas públicas", disse a Secretaria de Fazenda do Estado.

Segundo a administração, as políticas públicas e serviços essenciais não foram impactados.

Os Estados do Rio Grande do Norte, Tocantins, Acre e o DF não responderam.

NO PARANÁ. O Paraná é o Estado do País com mais dinheiro em caixa, segundo os relatórios.

O governo paranaense encerrou 2025 com saldo positivo de R\$ 10,5 bilhões, superando Estados com arrecadações maiores - incluindo São Paulo, que possui o maior Produto Interno Bruto (**PIB**) do País.

Por outro lado, o Paraná é o Estado que terminou 2025 com o maior déficit primário entre os entes subnacionais (saldo entre receitas e despesas, sem considerar o pagamento com juros).

O secretário de Fazenda do Paraná, Norberto Ortigara, afirmou ao Estadão que o dinheiro em caixa é resultado de um ajuste fiscal feito depois da crise enfrentada em 2014, crescimento da arrecadação após a pandemia de covid-19, melhor gestão da dívida e reformas internas para segurar gastos, recuperar a capacidade de pagamento com a União e priorizar investimentos.

Com o recurso sobrando, o governo prepara a criação de um fundo soberano para mitigação de desastres naturais, quer manter o equilíbrio fiscal no longo prazo e ainda estuda criar um fundo de investimento estratégico para atrair capitais, além de investir em

obras.

"O fundo vai substituir a guerra fiscal, que hoje é tributária, por uma possível guerra fiscal financeira. Assim, eu vou ser capaz de atrair capitais do mundo para investir no Paraná, e não em outros Estados", afirmou o secretário.

Sobre o maior déficit primário entre os Estados, o governo do Paraná diz que acumulou uma sobra de caixa de depósitos e aplicações financeiras que ficam nos bancos e que não é contabilizada como receita primária. No lado da despesa, ampliou os investimentos, que são despesas primárias.

A junção dos fatores fez o resultado primário ficar negativo.

"Não queremos arrecadar dinheiro e deixar estocado. Nossa responsabilidade é fazer uma gestão eficiente das contas públicas para nunca mais resvalar para o buraco que estávamos em 2014, quando não conseguíamos botar gasolina nos automóveis da polícia", disse o secretário.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Penduricalhos" do Judiciário

DIMITRIUS DANTAS

Os penduricalhos na folha de pagamento do Judiciário cresceram mais de R\$ 3 bilhões no ano passado, um salto de 43%, já considerada a inflação, em relação a 2024, informa DIMITRIUS DANTAS. O levantamento com base em dados do CNJ considera apenas os vencimentos de magistrados que receberam acima do teto do funcionalismo e descarta benefícios mais comuns aos demais servidores ou à iniciativa privada, como os auxílios moradia, alimentação e saúde, além da gratificação natalina (uma espécie de 13º salário). Para o pesquisador Sérgio Guedes-Reis, no Judiciário e no MP os penduricalhos estão ainda mais disseminados que nos demais Poderes. "O teto virou piso", resume.

O custo dos chamados "penduricalhos" no orçamento do Judiciário aumentou R\$ 3 bilhões em 2025 na comparação com o ano anterior. O gasto com indenizações e direitos eventuais pagos a magistrados que receberam acima do teto salarial saltou de R\$ 7,2 bilhões em 2024 para R\$ 10,3 bilhões em 2025, de acordo com dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e analisados pelo GLOBO. Foi um aumento de 43%, já considerando a inflação.

No início do mês, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o pagamento dos penduricalhos em todas as esferas da máquina pública. De acordo com a decisão, somente aquelas verbas previstas em lei, aprovada pelo respectivo Parlamento, poderiam ser mantidas; aquelas criadas por atos administrativos sem respaldo legal devem ser suspensas. Ontem, o ministro reforçou a decisão e proibiu também novas leis para conceder penduricalhos (leia mais sobre a nova decisão abaixo e na página 12).

O levantamento feito pela reportagem considera os benefícios citados pelo ministro. A metodologia leva em conta valores recebidos em indenização ou direitos eventuais por magistrados que tiveram total de rendimentos acima do teto constitucional, que equivale ao salário de ministro do STF. Durante a maior parte de 2024, o teto constitucional foi de R\$ 44 mil mensais. Em 2025, ele subiu a R\$ 46,3 mil. Dessa conta, foram retiradas rubricas mais comuns aos demais servidores ou à iniciativa privada, como auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-saúde e gratificação natalina (uma espécie de 13º salário). Quando consideradas todas as indenizações e "direitos eventuais", o valor chegaria a R\$ 15,5 bilhões.

Os dados do CNJ apontam que, nas esferas federal e estadual, o Judiciário gastou R\$ 7,2 bilhões com direitos eventuais como "pagamentos retroativos" e "licença compensatória". Além disso, foram gastos R\$ 3,1 bilhões com indenizações. No total, R\$ 10,3 bilhões. O CNJ disse que não iria se manifestar pois o tema está judicializado.

O peso dos penduricalhos é ainda maior, já que há pagamentos do tipo em órgãos. O Congresso também aprovou a introdução de um penduricalho aos seus servidores neste mês, mas o dispositivo foi vetado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com estudo publicado no ano passado pelos grupos Movimento Pessoas à Frente e República.org, o gasto com pagamentos acima do teto no Brasil chega a R\$ 20 bilhões, valor que é 21 vezes superior ao da Argentina, o segundo país avaliado na pesquisa que mais gasta com remunerações acima do valor legal. O número leva em conta, além da magistratura, pagamentos do Executivo e Legislativo.

- Quando se analisa principalmente a magistratura e o Ministério Público, ganhar acima do teto é a regra. Mais de 90% dos magistrados por tribunal recebem acima do teto, ganhar abaixo do teto é quase impossível. O teto virou uma espécie de piso e isso, nos outros países, não ocorre - afirma o cientista político Sérgio Guedes-Reis.

O pesquisador diz, ainda, que é no Judiciário que ocorre a maior disseminação dos penduricalhos. Segundo Guedes-Reis, isso se deve à ausência de controle por parte de outros órgãos da máquina pública. Boa parte das indenizações pagas no Judiciário e que, em casos extremos, levam a salários milionários, é decidida de forma administrativa, sem necessidade de aprovação de lei, seja no Legislativo estadual ou federal. maior pagamento no país Em 2025, os tribunais em que houve o maior pagamento, em média, foram Tribunais de Justiça de São Paulo (TJSP), Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). No caso da Corte paulista, em média, cada contracheque pago em 2025 com total de rendimentos acima do teto veio também com R\$ 80 mil em penduricalhos.

Procurado, o TJSP afirmou que efetua regularmente pagamentos a magistrados e servidores de valores em atraso, de quantias que não foram pagas no momento adequado, de forma parcelada e em observância à

condição orçamentária do Tribunal. "O reconhecimento desses valores e o seu correspondente pagamento possuem respaldo em decisões do STF e do CNJ e incluem férias não pagas e plantões trabalhados", afirmou o tribunal, destacando a recomendação do CNJ para diminuição do passivo orçamentário.

O TJMG afirmou que "eventuais e episódicos pagamentos mensais que, somados à remuneração do mês, superam o teto, dizem respeito a verbas funcionais que são legalmente excluídas do teto, seja pela natureza indenizatória, seja por se tratar de verbas em atraso cujo cálculo no mês de referência já observou a limitação constitucional", ressaltando que todo pagamento foi realizado em acordo com a legislação.

A maior parte dos valores está concentrada nos chamados "Direitos Eventuais". Essa rubrica costuma incluir pagamentos retroativos e, em alguns casos, a licença compensatória, nome técnico aplicado à venda de folgas em tribunais ao redor do Brasil. Cada juiz tem direito a um dia de folga para cada três trabalhados. Quando esse dia de folga não é usufruído, ele pode ser convertido em dinheiro, pago na forma de indenização. Não há necessidade de pagar Imposto de Renda sobre esses valores.

Os salários dos magistrados são publicados pelo CNJ mês a mês. Entretanto, os tribunais adotam nomes e rubricas distintas para cada tipo de indenização, o que torna a padronização e a mensuração do tamanho dos penduricalhos difíceis.

**

Como foi feito o cálculo

O levantamento de "penduricalhos" feito pelo GLOBO levou em conta uma série de verbas pagas no Judiciário.

Licença compensatória: pagamento em dinheiro por dia de folga não usufruído (juízes têm direito a um dia de folga para cada três trabalhados).

Pagamentos retroativos: após a aprovação de alguma indenização são concedidos pagamentos retroativos ao período em que o benefício não foi pago.

Gratificações por acúmulo de funções: indenização paga pelo exercício da magistratura em mais de um órgão jurisdicional, como a atuação em varas distintas.

Não fazem parte do cálculo verbas comuns a demais servidores e ao setor privado, como auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-saúde, auxílio-moradia e direitos eventuais, como abono de férias,

antecipação de férias e gratificação natalina, como o 13º salário.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Apesar de tarifas, EUA têm déficit comercial de US\$ 901 bi

O déficit comercial dos Estados Unidos aumentou em dezembro de 2025, encerrando um ano turbulento marcado pela política tarifária do presidente Donald Trump. O saldo negativo em bens e serviços se ampliou em relação ao mês anterior, atingindo US\$ 70,3 bilhões, informou ontem o Departamento de Comércio.

No ano, o déficit ficou em US\$ 901,5 bilhões, o maior da série histórica iniciada em 1960, mesmo com a política protecionista adotada pelo republicano.

Ao mesmo tempo, a China, principal alvo da guerra comercial de Trump, terminou o ano passado com superávit comercial recorde, superando US\$ 1 trilhão - o maior patamar já registrado por um país. Os números são um indicativo de que a China, cujas vendas para os EUA caíram muito, encontrou rotas de escoar sua produção para outros mercados, driblando as tarifas de Trump.

"Depois de todas as manchetes sobre tarifas e das oscilações nos dados, o déficit comercial praticamente não se alterou em 2025", afirmou Oren Klachkin, economista de mercados financeiros da Nationwide, em nota. "Com o impacto máximo das tarifas provavelmente já tendo ficado para trás, esperamos que o comércio entre em um ritmo mais previsível."

Os dados comerciais foram particularmente voláteis em 2025, mês a mês, à medida que importadores dos EUA reagiam a um persistente bombardeio de anúncios de tarifas pelo presidente Trump. As importações de ouro e de produtos farmacêuticos foram especialmente instáveis, enquanto as empresas corriam para antecipar-se a tarifas mais elevadas.

O déficit de dezembro, que superou as estimativas, deveu-se a um aumento de 3,6% no valor das importações, incluindo ganhos em acessórios de informática e veículos automotores. Já as exportações de bens e serviços recuaram 1,7%, refletindo em grande parte menores embarques de ouro para o exterior.

"Com o relatório comercial de dezembro em mãos, podemos estimar que as exportações líquidas contribuíram pouco para o crescimento real do PIB no quarto trimestre. Em linha com outros dados recentes, as importações de bens de capital - lideradas por

produtos relacionados à IA - continuaram a sinalizar um forte investimento doméstico no fim do ano", afirmou em nota Troy Durie, analista da Bloomberg Economics.

Trump tem recorrido às tarifas como parte de sua estratégia para reduzir a dependência de bens estrangeiros, incentivar o investimento doméstico e reverter décadas de queda no emprego industrial. Ele e sua equipe econômica têm criticado pesquisas que concluem que os americanos arcaram com os custos das tarifas.

Uma das maiores incógnitas para o comércio é se a Suprema Corte confirmará a autoridade de Trump para impor tarifas abrangentes por meio de uma lei de emergência. Uma decisão pode sair ainda hoje, embora o Tribunal nunca anuncie com antecedência quais decisões serão divulgadas.

No ano passado, as empresas americanas importaram quase US\$ 145 bilhões a mais em computadores e acessórios do que em 2024. A aceleração da demanda refletiu o maciço investimento em curso em inteligência artificial.

Por país, o déficit com a China diminuiu acentuadamente - chegando a cerca de US\$ 202 bilhões, o menor em mais de 20 anos e reflexo das tarifas mais altas que Trump impôs às importações chinesas. O comércio, por sua vez, foi em grande parte redirecionado por meio de outros países, como México e Vietnã, onde os déficits atingiram níveis recordes.

Enquanto isso, o déficit com Taiwan no ano passado aumentou para um recorde de US\$ 146,8 bilhões, enquanto o saldo negativo anual com o Canadá diminuiu.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

China está vencendo a guerra na Ucrânia e o tarifaço de Trump

Humberto Saccomandi Para o Valor, de São Paulo

Quando o inimigo está executando um movimento em falso, devemos ter o cuidado de não interrompê-lo. Atribuída a Napoleão, essa frase ilustra a posição chinesa diante dos dois principais conflitos globais. A guerra na Ucrânia, que está completando quatro anos, enfraqueceu a Rússia e rachou a Otan. Já a guerra econômica de Donald Trump, que está completando um ano, gerou hostilidade entre os EUA e quase todos os seus parceiros comerciais, inclusive os principais aliados ocidentais. Assim, a China se posiciona para se tornar a principal beneficiária desses dois conflitos, que estão moldando o novo cenário internacional.

Com a invasão da Ucrânia, em 24 de fevereiro de 2022, o presidente Vladimir Putin certamente esperava uma vitória rápida, o que reforçaria o poderio russo e ajudaria Moscou a avançar num controle maior sobre sua área primária de influência: o antigo império soviético. Afinal, os países que se separaram da extinta União Soviética temeriam ter a mesma sorte da Ucrânia caso desafiassem Moscou.

Mas deu tudo errado. Putin está empantanado numa guerra que vai entrar no seu quinto ano. É o Vietnã russo. O conflito terá um efeito demográfico desastroso para a Rússia e está debilitando fortemente a sua economia. As sanções ocidentais derrubaram em mais de metade o preço do petróleo exportado pelo país, que é importante fonte de arrecadação do governo. Isso fez o déficit público saltar para 2,6% no ano passado, ante projeção inicial de 0,5%. O **PIB** está praticamente estagnado (deve ter crescido abaixo de 1% em 2025), apesar de a economia estar operando em modo de guerra. A **inflação** oficial, que beirou 10% em 2024, caiu para 5,6% no ano passado, mas em parte devido à queda do consumo interno. E deve voltar a subir neste ano, com o aumento do imposto sobre o consumo. Putin recrudesceu a repressão política interna para conter qualquer dissenso, diante da insatisfação com a guerra e seus efeitos.

A Rússia sairá desse conflito menor do que entrou, ainda que consiga abocanhar um pedaço de território ucraniano. Será a possivelmente a terra mais cara da história. Devem sair nestes dias estimativas atualizadas, mas Moscou já deve ter gasto mais de US\$ 500 bilhões com a guerra. Se obtiver os 53 mil

km2 das províncias de Luhansk e Donetsk, cada quilômetro quadrado terá custado a bagatela de quase US\$ 10 milhões. Cada metro quadrado sairia a US\$ 10 mil, quase o valor de do m2 de terreno numa área nobre em Manhattan. Isso sem contar os gastos enormes que o país ainda terá nas próximas décadas com a reconstrução da região e com o apoio a centenas de milhares de soldados feridos e às famílias dos mortos.

Tudo isso é bom para a China, pois uma Rússia forte sempre foi um problema para Pequim (os dois países têm 4.209 km de fronteira). Agora, Moscou parece ter entrado definitivamente na órbita chinesa, pois depende cada vez mais da China, tanto econômica, como política e militarmente. Esse enfraquecimento russo está levando os países asiáticos do império soviético a se aproximarem de Pequim, sem medo de represália de Putin.

A guerra também rachou a Otan. Ainda que o alvo da aliança militar ocidental seja a Rússia, e não a China, um Ocidente forte e unido seria um adversário mais difícil para Pequim. Em vez disso, os EUA retiraram a ajuda financeira e militar à Ucrânia. Washington deixou o custo do conflito com os aliados europeus e vem defendendo um acordo que cede território ucraniano para a Rússia. Governos europeus temem que, caso Putin seja premiado pela invasão da Ucrânia, será estimulado a fazer novas agressões.

O racha na Otan não se deve apenas à Ucrânia. Trump alega que os europeus se beneficiaram por décadas do guarda-chuva militar americano sem pagar por isso. Autoridades americanas têm feito críticas duras e humilhantes à Europa e aos seus líderes.

Por fim, a China parece estar vencendo também a guerra econômica iniciada por Trump um ano atrás e que culminou no tarifaço global de 2 de abril de 2025. Na sua campanha eleitoral, o presidente americano ameaçou adotar tarifas de 60% ou mais contra produtos chineses. A China parecia ser o alvo prioritário da guerra comercial. Mas, até agora, os chineses foram parcialmente poupados, com tarifa de 30%, que pode cair (ou deixar de subir) com as negociações em andamento. Brasil e Índia foram taxados em até 50%. O Canadá, em até 35%. O México, em 25% (esses dois países têm acordo de livre comércio com os EUA).

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20260220/>

O resultado do tarifaço acabou prejudicando mais os aliados ocidentais dos EUA do que a China. No ano passado, o superávit comercial chinês bateu recorde, com US\$ 1,19 trilhões (alta de 20%). Possivelmente, parte dos produtos chineses exportados para os EUA foram triangulados via terceiros países. Já o superávit comercial europeu caiu cerca de 5%. O do Japão caiu pela metade. E o déficit comercial do Canadá disparou 333%, com a queda forte das exportações para os EUA. Quanto ao comércio dos EUA, o tarifaço teve pouco impacto, por enquanto. O déficit comercial americano no ano passado caiu apenas 0,2% em relação a 2024.

Pequim tira vantagem enquanto seus adversários estão envolvidos em grandes conflitos

Além de ter prejudicado mais os países aliados, Trump também os extorquiou. Para negociar as tarifas, ele impôs que os parceiros se comprometessem a investir centenas de bilhões de dólares nos EUA. A Suíça, por exemplo, que inicialmente tinha sido taxada em 39%, negociou uma redução para 15%, mas em troca do compromisso de investir US\$ 200 bilhões nos EUA. O Japão teria prometido US\$ 550 bilhões. A Coreia, US\$ 350 bilhões. Provavelmente parte dessa transferência de riqueza sem precedentes não vai se materializar, mas isso indica uma situação inédita de vassalagem moderna.

Com tudo isso, a simpatia pelos EUA está despencando pelo mundo. Pesquisa YouGov de janeiro mostra que 84% dos dinamarqueses têm uma imagem negativo dos EUA (por conta da ameaça de tomar a Groenlândia). Na Alemanha, são 72%; na Espanha, 66%; no Reino Unido, 64%.

A China, ao contrário, vem buscando se posicionar como um parceiro confiável, como defensora da ordem multilateral, com um discurso discreto e calibrado para ganhar influência em meio ao caos semeado pelas ações unilaterais de Trump. "A China e a União Europeia são parceiros, não rivais", disse nesta semana o chanceler chinês, Wang Yi, na Conferência de Munique. Neste mês, Pequim anunciou ainda que vai zerar a tarifa de importação para produtos de 53 países da África, numa ofensiva por influência, após os EUA aplicarem tarifas de até 30% no continente.

A China enfrenta uma série de problemas internos importantes, como a queda populacional, a dificuldade em ampliar o consumo e o colapso do setor imobiliário, que foi um motor da economia. Mas está buscando se posicionando para tirar vantagem da inércia estratégica, num momento em que os principais adversários estão envolvidos em conflitos importantes.